

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

I tatiba, 27 de fevereiro de 2025 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao quarto trimestre de 2024 ("4T24") versus o quarto trimestre de 2023 ("4T23"), e aos exercícios de 2024 e de 2023.

1. Apresentação

Histórico

A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Os controladores diretos da Companhia são a *Rodovias do Brasil Holding S.A.* ("RBH") e o *OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia* ("OTP CRB FIP"), conforme organograma abaixo:



Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a aproximadamente 297 quilômetros.

Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras são: Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Igaratá, Itatiba, Jacareí, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Paulínia e Valinhos.

O Corredor Dom Pedro I possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a ligação do Vale do Paraíba com a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras apresentam PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,2 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras possui 8 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 1 Área de Descanso para Caminhoneiros, 93 câmeras de monitoramento, 14 veículos de inspeção de tráfego, 7 ambulâncias e 1 UTI, 8 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 2 caminhões de apreensão de animais, 2 caminhões pipa e 2 veículos de balança móvel. A Companhia conta com 65 profissionais de resgate, 85 operadores de tráfego, 15 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO). Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 253 atendimentos por dia no quarto trimestre de 2024.

2. Destaques

EBITDA Ajustado¹: R\$ 958.222 mil atingidos no exercício de 2024 (+14,5% vs. 2023), com margem EBITDA Ajustado de 86,6% no ano de 2024 (-0,5 p.p. vs. 2023);

CAPEX²: R\$ 226.741 mil realizados em ampliação e manutenção no exercício de 2024. Investidos na execução de importantes obras como: (i) Conclusão dos serviços na Perimetral de Itatiba (SPI-081/360), (ii) Conclusão Faixa Adicional entre o km 74 ao 80 da SP-065, (iii) Conclusão da construção do Posto SAU no km 54+800 da SP-065, (iv) Conclusão das 3 Estradas Secundárias no km 5+520, 2 no km 89+090 e 3 no km 22+000 da SP-065, (v) Conclusão de melhoria de Interseção dos km 121 da SP-332, (vi) Conclusão Marginais da SP-332 km 121 ao 125, (vii) Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121, (viii) Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332 e (ix) Continuidade das Estradas Secundárias no km 11+300, 11+355 e 37+020 da SP065.

3. Desempenho Econômico Financeiro

Tráfego

Tráfego	Em milhares de reais					
Categoria	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Pesado	17.295	15.960	8,4%	66.136	58.282	13,5%
% VEQ Totais	60,3%	59,7%	0,7 p.p.	60,9%	59,1%	1,8 p.p.
Leve	11.382	10.793	5,5%	42.391	40.320	5,1%
% VEQ Totais	39,7%	40,3%	(0,7 p.p.)	39,1%	40,9%	(1,8 p.p.)
Total VEQ ¹	28.677	26.753	7,2%	108.527	98.602	10,1%
Tarifa média ²	11,18	10,67	4,8%	10,94	10,44	4,8%

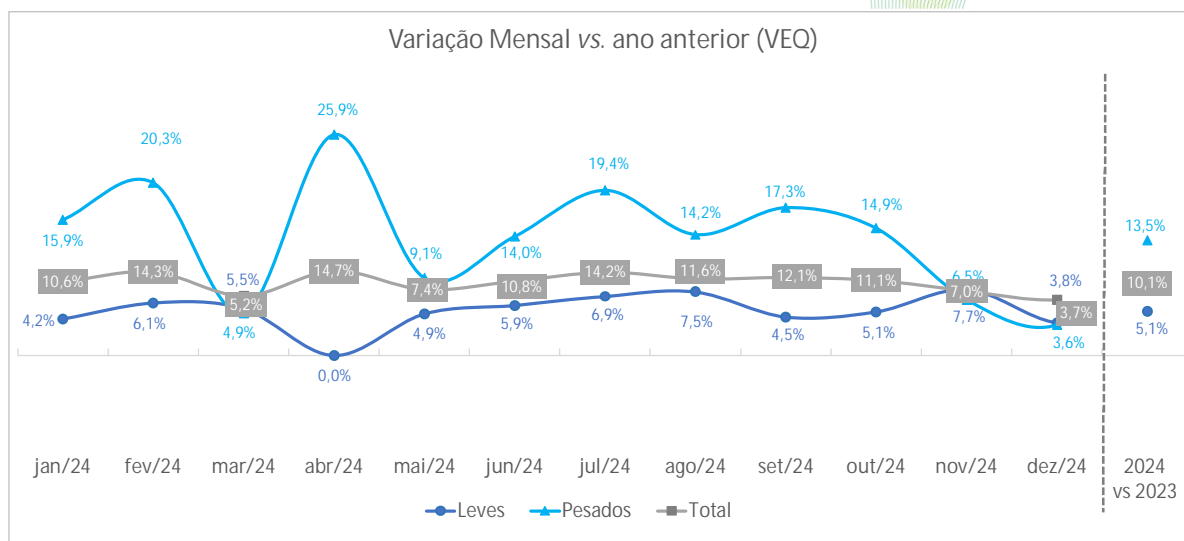
¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

O tráfego pedagiado, em VEQ, alcançou um total de 28.677 mil no 4T24 (aumento de 7,2% vs. 4T23), e 108.527 mil em 2024 (aumento de 10,1% vs. 2023). A melhora no tráfego em 2024 foi influenciada principalmente pelo início da cobrança do MDF-e (conforme detalhamento abaixo) a partir de 09 de outubro de 2023.

¹ EBITDA Ajustado de acordo com quadro "Composição do EBITDA".

² CAPEX não considera juros capitalizados.



Aproximadamente sessenta por cento do tráfego pedagiado (em VEQ) da Companhia é atrelado aos veículos pesados. Vale ressaltar que a partir do dia 31 de maio de 2018 foi decretada a suspensão da cobrança de eixo suspenso, restabelecendo as condições iniciais do Contrato de Concessão. Por outro lado, a partir de 09 de outubro de 2023, a Companhia passou a cobrar tarifa pela totalidade dos eixos, independentemente de estar suspenso, de todos os veículos comerciais carregados com manifesto de documento fiscal eletrônico em aberto (MDF-e, utilizando a consulta no SEFAZ) que passarem pelas praças de pedágio do Corredor Dom Pedro. A cobrança do eixo suspenso está amparada na Lei Federal nº 13.103/2015 e na Resolução Conjunta SPI/SEMIL 001, de 04/09/2023, que estabelece os requisitos para que sejam considerados vazios os veículos de transporte de cargas que circulem nas vias terrestres estaduais.

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais					
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita bruta de serviços	353.042	351.607	0,4%	1.437.866	1.349.793	6,5%
Receitas de Pedágio	320.750	285.467	12,4%	1.187.030	1.028.934	15,4%
% Receita líquida de serviços	98,4%	87,1%	11,3 p.p.	88,8%	81,5%	7,3 p.p.
Receitas Acessórias e outras	5.578	5.028	10,9%	21.264	19.945	6,6%
% Receita líquida de serviços	1,7%	1,5%	0,2 p.p.	1,6%	1,6%	0,0 p.p.
Receita Bruta Operacional	326.328	290.495	12,3%	1.208.294	1.048.879	15,2%
Receita de Construção	26.714	61.113	(56,3%)	229.572	300.914	(23,7%)
% Receita líquida de serviços	8,2%	18,6%	(10,4 p.p.)	17,2%	23,8%	(6,7 p.p.)
Impostos e contribuições sobre serviço	(26.956)	(23.699)	13,7%	(101.301)	(87.561)	15,7%
% Receita líquida de serviços	(8,3%)	(7,2%)	(1,0 p.p.)	(7,6%)	(6,9%)	(0,6 p.p.)
Receita líquida de serviços	326.086	327.909	(0,6%)	1.336.565	1.262.232	5,9%

A Receita Bruta Operacional³ da Companhia totalizou R\$ 326.328 mil no 4T24 (aumento de 12,3% vs. 4T23) e R\$ 1.208.294 mil em 2024 (aumento de 15,2% vs. 2023).

A principal fonte de receita da Companhia provém das tarifas cobradas nas Praças de Pedágio (Receitas de Pedágio), que no 4T24 alcançaram R\$ 320.750 mil (aumento de 12,4% vs. 4T23) e R\$ 1.187.030 mil em 2024 (aumento de 15,4% vs. 2023). Essa melhora nas Receitas de Pedágio pode ser atribuída principalmente ao (i) crescimento do tráfego, (ii) início da cobrança pelo MDF-e e (iii) reajuste tarifário ordinário de julho de 2024.

As Receitas Acessórias totalizaram R\$ 5.578 mil no 4T24 (aumento de 10,9% vs. 4T23) e R\$ 21.264 mil em 2024 (aumento de 6,6% vs. 2023), efeito das receitas por Uso da Faixa de Domínio e Passagem de Cargas Especiais.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Provisão de Conserva Especial, Custos de Construção, Depreciação/Amortização, Despesas Gerais e Administrativas e pela Provisão de Contingências. Seguem abaixo os resultados do 4T24 e do exercício de 2024, em relação aos mesmos períodos de 2023:

Descrição	Em milhares de reais					
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Custos	(126.251)	(153.071)	(17,5%)	(600.583)	(624.970)	(3,9%)
Custos dos Serviços Prestados	(29.873)	(28.141)	6,2%	(116.386)	(100.638)	15,6%
Provisão de Conserva Especial	(13.336)	(18.062)	(26,2%)	(51.730)	(59.925)	(13,7%)
Custos de Construção	(26.447)	(60.502)	(56,3%)	(227.276)	(297.905)	(23,7%)
Depreciação/Amortização	(56.595)	(46.366)	22,1%	(205.191)	(166.502)	23,2%
Despesas	(12.213)	(8.316)	46,9%	(37.176)	(27.063)	37,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(10.502)	(7.169)	46,5%	(34.020)	(25.227)	34,9%
Provisão de Contingências	(1.711)	(1.147)	49,2%	(3.156)	(1.836)	71,9%
Total	(138.464)	(161.386)	(14,2%)	(637.759)	(652.033)	(2,2%)

Os Custos totalizaram R\$ 126.251 mil no 4T24 (redução de 17,5% vs. 4T23) e R\$ 600.583 mil em 2024 (redução de 3,9% vs. 2023), a principal redução no 4T24 e no exercício de 2024 ocorreu na rubrica de Custos de Construção devido ao cronograma de investimentos.

As Despesas totalizaram R\$ 12.213 mil no 4T24 (aumento de 46,9% vs. 4T23) e em 2024 resultaram em R\$ 37.176 mil (aumento de 37,4% vs. 2023), impactada principalmente pela rubrica de Provisão de Contingências.

³ Receita Bruta Operacional desconsidera Receita de Construção.

EBITDA

O EBITDA Ajustado apresentou resultado de R\$ 259.395 mil no 4T24 (crescimento de 11,9% vs. 4T23) e em 2024 alcançaram R\$ 958.222 mil (crescimento de 14,5% vs. 2023), com margem EBITDA Ajustado de 86,6% no 4T24 (aumento de 0,3 p.p. vs. 4T23) e no exercício de 2024 atingiram 86,6% (redução de 0,5 p.p. vs. 2023).

Composição do EBITDA				Em milhares de reais		
Descrição	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Resultado do exercício	103.150	64.649	59,6%	310.405	218.208	42,3%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	95.318	71.489	33,3%	316.912	316.869	0,0%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	(8.949)	29.907	(129,9%)	79.313	76.597	3,5%
EBIT	189.519	166.045	14,1%	706.630	611.674	15,5%
Margem EBIT (%)	58,1%	50,6%	7,5 p.p.	52,9%	48,5%	4,4 p.p.
Depreciação e amortização	56.993	46.767	21,9%	206.816	168.105	23,0%
EBITDA	246.512	212.812	15,8%	913.446	779.779	17,1%
Margem EBITDA (%)	75,6%	64,9%	10,7 p.p.	68,3%	61,8%	6,6 p.p.
Margem de Construção ¹	(267)	(611)	(56,3%)	(2.296)	(3.009)	(23,7%)
Provisão de Conserva Especial ²	13.336	18.062	(26,2%)	51.730	59.925	(13,7%)
Provisão de Contingência	1.711	1.147	49,2%	3.166	1.836	72,4%
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.897)	477	(497,7%)	(7.824)	(1.475)	430,4%
EBITDA Ajustado	259.395	231.887	11,9%	958.222	837.056	14,5%
Margem EBITDA Ajustado (%)	86,6%	86,9%	(0,3 p.p.)	86,6%	87,1%	(0,5 p.p.)

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Resultado Financeiro

A Companhia apresentou um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 95.318 no 4T24 (aumento de 33,3% vs. 4T23) e R\$ 316.912 mil em 2024 (aumento de 0,0% vs. 2023).

				Em milhares de reais		
Descrição	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receitas Financeiras	16.176	18.840	(14,1%)	65.815	63.388	3,8%
Despesas Financeiras	(111.495)	(90.329)	23,4%	(382.727)	(380.257)	0,6%
Resultado Financeiro Líquido	(95.318)	(71.489)	33,3%	(316.912)	(316.869)	0,0%

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 16.176 mil no 4T24 (redução de 14,1% vs. 4T23) e R\$ 65.815 mil em 2024 (aumento de 3,8% vs. 2023). As variações são decorrentes do volume de aplicações financeiras da Companhia, bem como dos efeitos das taxas de juros a que tais aplicações estão expostas (CDI).

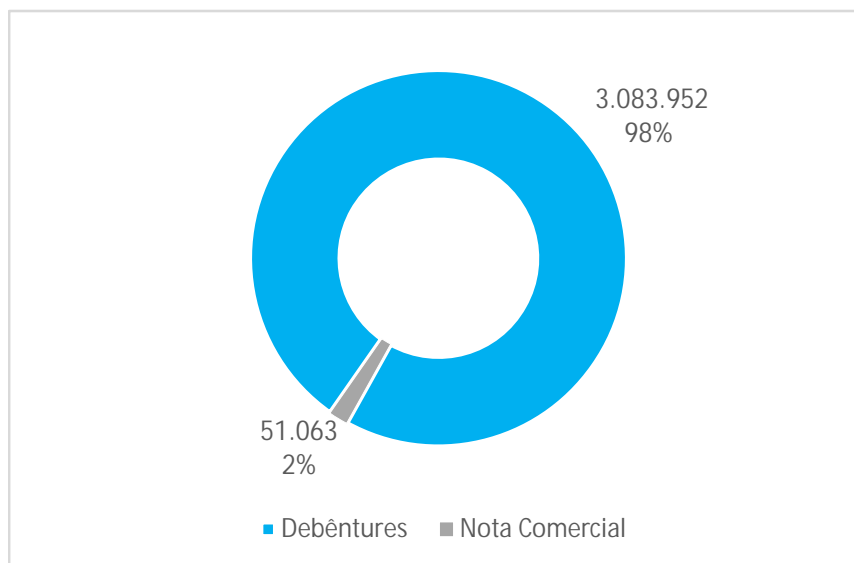
Já as Despesas Financeiras alcançaram R\$ 111.495 mil no 4T24 (aumento de 23,4% vs. 4T23) e 382.727 mil em 2024 (aumento de 0,6% vs. 2023). As variações são decorrentes dos empréstimos e debêntures da Companhia que estão indexados ao IPCA e CDI.

Endividamento

O saldo da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 aumentou 2,3% quando comparado à 31 de dezembro de 2023.

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	Var. %
Dívida Bruta	3.135.015	3.037.896	3,2%
Empréstimos e Debêntures	3.135.015	3.037.896	3,2%
Caixa e Aplicação Financeira	(572.646)	(532.944)	7,4%
Dívida Líquida	2.562.369	2.504.952	2,3%

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2024:



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos ⁴

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no 4T24 foram de R\$ 33.196 mil (R\$ 17.965 mil de ampliação e R\$ 15.231 mil de manutenção) e no exercício de 2024 totalizaram R\$ 226.741 mil (R\$ 183.768 mil de ampliação e R\$ 42.973 mil de manutenção), demonstrando sua responsabilidade e compromisso com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R\$ 4,2 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T24 estão detalhadas abaixo:

- o Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 74+000 ao 88+150 da SP-065;
- o Conclusão das estradas secundárias do km 5+520 (500m), 5+520 (59,32m) e o ramo do km 5+662 (159,39m) da SP065;
- o Conclusão das estradas secundárias do km 89+090 (197,06m) e o km 89+090 (1.025,55m) da SP065;
- o Continuidade da estrada secundária do km 11+300 (272,18m) e o km 11+355 (285,92m) da SP065;
- o Continuidade da estrada secundária do km 37+020 (556,68m) da SP065;
- o Continuidade da Marginal entre os km 114+000 ao km 121+120 da SP-332;
- o Conclusão da Marginal entre os km 121+120 ao km 125+000 da SP-332;
- o Conclusão da Melhoria de Interseção do km 121+900 da SP-332;
- o Continuidade da Melhoria de Interseção do km 116+000 da SP-332;
- o Continuidade da Melhoria de Interseção do km 119+700 da SP-332;
- o Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 0 ao 12 da SP-083;
- o Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- o Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- o Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

⁴ Não considera juros capitalizados.

Resultado Líquido

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2024 um resultado líquido acumulado positivo de R\$ 310.405 mil.

4. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de Atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de Atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros.

No exercício de 2024, foram realizados aproximadamente 92 mil socorros aos usuários ao longo da malha viária, compostos basicamente da seguinte forma:

- o 59,9% de serviços de inspeção;
- o 21,1% de serviços de guincho;
- o 13,4% de serviços mecânicos;
- o 4,7% de serviços pré-hospitalares;
- o 0,9% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Companhia, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de Compliance e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com um total de 657 integrantes em seu quadro (CLT, Jovem Aprendiz).

Programa Jovem Aprendiz

A Companhia, em parceria com a Instituição Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI"), realiza o Programa Jovem Aprendiz, contratando jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de acordo com o programa legal de primeiro emprego. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com 24 aprendizes em seu efetivo, sendo 1 jovem PCD.

Programa Pertencer

Desde 2014, a Companhia desenvolve uma série de ações com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Inicialmente chamado de Rota da Inclusão, o programa foi reestruturado, em setembro de 2022, para ampliar seu alcance e efetividade com a criação do Programa Pertencer, que foca na contratação de pessoas com deficiência para as mais diversas áreas da Companhia e no trabalho de sensibilização e conscientização de todos os integrantes para lidar com as diferenças e experimentar uma convivência sadia no ambiente de trabalho. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava em seu quadro com 24 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

5. Ambiental, Social e Governança Corporativa (“ASG”)

5.1 Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma Companhia com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as atividades inerentes a Companhia, são previamente analisadas e quando necessário, são implantadas melhorias e/ou adequações em seus processos, com o intuito de garantir o cumprimento da legislação vigente, assim como, na mitigação dos impactos ambientais correlacionados com a operação das rodovias sob responsabilidade da Concessionária.

Todas as obras executadas pela Companhia de manutenção e ampliação, além de atender a legislação, contemplam com programas ambientais, os quais são desenvolvidos com intuito de propiciar a recuperação e recomposição da flora, assim como, ampliar o habitat para a fauna silvestre nas áreas circunvizinhas do Corredor Dom Pedro I. Quanto às atividades inerentes à operação, a equipe de gestão ambiental busca desenvolver e/ou implantar melhorias em seus processos que mitiguem riscos de impactos ambientais ou propiciem a diminuição do consumo de recursos naturais, com intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sem onerar a Companhia ou descumprir as obrigações legais.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para ampliação e modernização do Corredor Dom Pedro I, em 2009, a Companhia em cumprimento as obrigações dos licenciamentos ambientais, mantém um rigoroso programa de restauração ecológica, prioritariamente em áreas de preservação permanente e/ou que propiciem a formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), nas áreas circunvizinhas de sua malha viária, por meio do reflorestamento com árvores nativas. Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias do Corredor Dom Pedro I, a Companhia planta 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 512 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis e conseqüentemente atestando o cumprimento das compensações pelos órgãos ambientais.

Respeito à Fauna

A Companhia monitora constantemente a malha viária e registra todas as ocorrências envolvendo fauna com intuito de adotar medidas que diminuam os riscos de atropelamentos e conseqüentemente ampliar a segurança dos usuários e dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro I. Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro I, a Rota das Bandeiras, prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados nos corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente, com o intuito de promover um habitat adequado de modo a diminuir a presença de fauna nas rodovias.

A Companhia desenvolveu o programa Censo Animal, para mitigar as ocorrências envolvendo fauna doméstica de grande porte (bovinos, equinos etc.), devido ao risco de acidentes, considerados graves, ocorrerem quando envolvem animais desta tipologia. O programa consiste no cadastramento das propriedades lindeiras às rodovias, assim como, dos animais de grande porte.

O programa tem como objetivo conscientizar os proprietários sobre a importância de manterem os animais devidamente confinados nos limites das propriedades, além de auxiliar na identificação para solicitação de reparo em cercas danificadas e possibilitar a devolução do animal apreendido para o proprietário.

Monitoramento de Focos de Incêndio

O Corredor Dom Pedro I se concentra em uma região com clima tropical de altitude, com invernos secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto. Para mitigar este risco, em apoio a equipe de campo, a Concessionária Rota das Bandeiras utiliza 93 câmeras para monitoramento, através Centro de Controle Operacional, possibilitando o acionamento imediato de sua equipe que disponibiliza de 2 caminhões-pipa, para combater princípios de incêndios.

Adicionalmente, a Concessionária realiza medidas preventivas, como por exemplo, o recolhimento contínuo de resíduos, bem como a execução e manutenção de aceiros nos limites de toda a faixa de domínio. Estas medidas, caso ocorram focos de incêndio, possibilitam diminuir a propagação do fogo e conseqüentemente auxiliam a equipe no momento do combate ao foco.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, além da equipe de campo, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são utilizadas pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência, inclusive envolvendo cargas com produtos perigosos, onde o atendimento é realizado de acordo com as diretrizes do Plano de Atendimento à Emergências Químicas (PAE), desenvolvido para a malha viária do Corredor Dom Pedro I.

A Companhia também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas, promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O Sistema de Gestão Ambiental da Companhia possibilita o monitoramento da geração e destinação dos resíduos sólidos do Corredor Dom Pedro I. No 4º trimestre de 2024, foram recolhidos por mês em média 156,6 toneladas. Este trabalho também reflete a preocupação da Companhia com as questões ambientais, visto que a destinação adequada de resíduos possibilita seu reaproveitamento e/ou reciclagem, além de prolongar a vida útil dos aterros sanitários da região.

5.2 Social

Desde o início de suas atividades, a Companhia tem como um de seus pilares o cuidado em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o Corredor Dom Pedro I. Assim, a Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação para o trânsito e segurança viária, que atendem todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro I.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizados pela Companhia:

Rota da Educação

Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Companhia para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação para o trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro I, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho em sala de aula é realizado com crianças do 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos, e já beneficiou mais de 100 mil alunos desde o início de suas atividades.

Além disso, desde 2022 o Rota da Educação também contribui para a revitalização da sinalização no entorno das escolas que participam das atividades do programa, conforme cronograma alinhado com as secretarias de Educação dos municípios. Nesse sentido, dezenove escolas de Atibaia, Conchal, Cosmópolis, Igaratá, Itatiba, Jarinu e Nazaré Paulista já foram beneficiadas com a nova sinalização.

Campanha Inverno Solidário

Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Companhia. A Campanha Inverno Solidário, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa a partir da arrecadação de cobertores novos e peças de roupa, novas ou usadas. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro I e, somente a partir de 2021, já foram distribuídos mais de 1.600 cobertores novos e mais de 8 mil peças de roupa.

Rota da Transformação

Criado em 2021, o Rota da Transformação é um programa que estimula ações de voluntariado dentro da Concessionária, visando a transformação de vidas, sejam dos próprios integrantes que participam das ações, sejam das pessoas por elas beneficiadas.

Entre as atividades, estão a arrecadação de cestas básicas entre os integrantes para doação a famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios do Corredor Dom Pedro I (foram 1.345 cestas doadas no biênio 2021-2022), e as ações trimestrais para doação de sangue, contribuindo com o Hemocentro da Unicamp. No Natal de 2024, a Concessionária realizou a ação Natal Solidária, com a arrecadação de fraldas geriátricas para doação ao Fundo Social de Solidariedade de Conchal.

Lacre Nota 10

Criada em 2018, a campanha “Lacre Nota 10” estimula a arrecadação de lacres de alumínio entre os integrantes da Companhia e alunos que participam das atividades do programa Rota da Educação para a troca por cadeiras de rodas, que são doadas para os fundos sociais de solidariedade dos municípios que integram o Corredor Dom Pedro I ou entidades assistenciais do trecho concedido que trabalham com pessoas com deficiência. Para garantir a troca dos lacres por uma cadeira de rodas, são necessárias 140 garrafas pet de dois litros cheias de lacres. Desde o início da campanha, a Rota das Bandeiras já efetivou a doação de 41 cadeiras de rodas.

Incentivo ao Esporte

A Companhia também acredita no esporte como uma importante ferramenta para a transformação de vidas. Por isso, apoia o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos do Judô de Atibaia, a APAJA, que ministra aulas de judô a cerca de 1.000 alunos por mês, a maioria crianças e jovens carentes. E, desde 2019, também contribui com a Associação Paradesportista de Atibaia (APA), que desenvolve atividades de atletismo, natação e canoagem paralímpica com cerca de 120 atletas por mês.

O apoio é garantido por meio de uma lei municipal de Atibaia que autoriza o repasse de parte do ISS (Imposto Sobre Serviços) a projetos esportivos. A Rota das Bandeiras destina cerca de R\$ 110 mil mensais do ISS do pedágio diretamente às entidades.

Além de garantir a iniciação de crianças e jovens no esporte, o trabalho da APAJA também tem contribuído para a formação de atletas de alto rendimento, que participam de competições em todo o Brasil e até mesmo no exterior e acumulam convocações para a seleção brasileira.

5.3 Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas do mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Abaixo estão listadas as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além dos órgãos estatutários e de governança, a Companhia conta com Comitê de Auditoria, Risco e Conformidade.

Além disso, a Companhia, por ser Companhia aberta e registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação anual de publicação no site da Companhia e no site da CVM do seu Formulário de Referência, o qual menciona todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM e comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Contábeis

Em 2020, a Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações Contábeis. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Conduta e Código de Ética

A Política de *Compliance* prevê a realização de programas de capacitação dos Integrantes da Companhia sobre os temas da Política. Quando da admissão de novos Integrantes, é realizado o programa de capacitação a respeito da Política de *Compliance* da Companhia. Além disso, anualmente são promovidos treinamentos com todos os Integrantes da Companhia sobre a Política de *Compliance* e as demais políticas internas da Companhia.

A Política de *Compliance* se aplica a todos os Integrantes e pode ser consultada por eles através de comunicados internos, através do portal interno de comunicação da Companhia e está disponível na rede mundial de computadores na página da Companhia. A terceiros, a Política de *Compliance* é aplicada por meio da atuação dos Líderes, que são responsáveis pela contratação e pelo cadastro destes. Tais Líderes devem implantar e formalizar um processo de avaliação e diligência dos terceiros de acordo com os princípios da Política de *Compliance*, além do treinamento de *Compliance* na integração destes profissionais que ingressam na Companhia para prestação de serviços.

O Sistema de *Compliance* da Companhia é composto por um canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa independente Contato Seguro, por meio do qual são recebidos, tanto pelo 0800, quanto pelo website, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são comunicados periodicamente ao Comitê de Ética. O canal de denúncia da Companhia possui mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Em 17 de agosto de 2022, a Companhia conquistou a certificação da ABNT NRB ISO 37001:2017 - Sistemas de Gestão Antissuborno (“Certificação”), que atesta que a Companhia possui processos integrados de prevenção, mitigação, detecção e abordagem visando agir contra práticas potenciais ou reais de suborno.

A Certificação reafirma o compromisso de atuação ética, íntegra e transparente da Companhia, além de sua preocupação em assegurar que todos os seus procedimentos estejam em linha com os altos padrões nacionais e internacionais de *Compliance*.

Em 13 de novembro de 2024, a Companhia aderiu ao O PACTO BRASIL PELA INTEGRIDADE EMPRESARIAL, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), em que a Companhia assume, voluntariamente, o compromisso em agir com honestidade, transparência e responsabilidade em todas as interações, adotando práticas éticas que promovem a confiança entre clientes, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas.

Ademais, a Companhia realiza campanhas e palestras periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o “Tá na Rota”, notas sobre ética em coluna denominada “Momento Compliance”.

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu website espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados. A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

6. Considerações Finais

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os integrantes da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Audidores Independentes

A Companhia, em atendimento às determinações da Instrução CVM 162/2022, informa que a BDO RCS Auditores Independentes, empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes o atendimento as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intendência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes, emitido nesta data e com as devidas demonstrações financeiras padronizadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Itatiba, 27 de fevereiro de 2025.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.
Itatiba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de Impairment do ativo intangível

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 013 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2024, ativo intangível composto pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias compreendidas pela Concessão, que representa aproximadamente 80% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível da Companhia foi significativa para a nossa auditoria devido à complexidade do processo de avaliação, que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, baseados em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36, da metodologia para avaliação de Impairment utilizada pela Administração;
- Confronto das projeções de geração de caixa aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível;
- Questionamos e corroboraamos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações da Nota Explicativa nº 13 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações contábeis, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023		Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	204.579	228.823	Fornecedores	14	33.860	245.276
Aplicações financeiras	7	368.067	40.841	Arrendamento mercantil operacional	16	21.246	14.012
Contas a receber	8	85.525	77.992	Debêntures	15	712.897	280.592
Tributos a recuperar	-	28.224	6.659	Empréstimos	15 (d)	51.063	50.854
Despesas antecipadas	-	4.712	3.819	Salários e encargos sociais	18	11.932	12.197
Outros ativos	-	1.580	14.261	Obrigações tributárias a pagar	19	24.920	10.192
		692.687	372.395	Imposto de renda e contribuição social	19 (i)	-	3.813
				Juros sobre capital próprio a pagar	22 (b)	91.264	-
				Outros passivos	-	7.761	7.068
						954.943	624.004
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures			
Contas a receber	8	-	6.168	Arrendamento mercantil operacional	16	2.371.055	2.706.450
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	49.821	76.127	Fornecedores	14	32.230	1.864
Aplicações financeiras	7	-	263.280	Tributos a pagar	19	1.484	23.411
Despesas antecipadas	-	352	993	Provisão para demandas judiciais	20	33.385	1.137
Depósitos judiciais	10	111.007	102.597	Provisão de conserva especial	21	27.623	30.219
		161.180	449.165	Outros passivos	-	-	11.205
						2.478.001	2.774.665
Ativo de contrato				Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	91.807	287.520	Capital social	22 (a)	556.799	556.799
Intangível	13	1.740	2.371	Reserva de capital	22 (c)	195.988	195.988
		3.587.310	3.318.093	Reservas de lucros	22 (b) (iv)	348.993	278.088
		3.680.857	3.607.984			1.101.780	1.030.875
Total do ativo		4.534.724	4.429.544	Total passivo e patrimônio líquido		4.534.724	4.429.544

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Operações continuadas			
Receita líquida	23	1.336.565	1.262.232
Custo dos serviços	24	(600.583)	(624.970)
Lucro bruto		735.982	637.262
(Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	25	(37.176)	(27.063)
Outras receitas (despesas), líquidas	27	7.824	1.475
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		706.630	611.674
Receitas financeiras	26	65.815	63.388
Despesas financeiras	26	(382.727)	(380.257)
Resultado financeiro, líquido		(316.912)	(316.869)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		389.718	294.805
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	28	(53.007)	(43.219)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	28	(26.306)	(33.378)
Lucro líquido do exercício		310.405	218.208
Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício (R\$)	31	557,48	391,90

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	<u>310.405</u>	<u>218.208</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>310.405</u></u>	<u><u>218.208</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro		Lucros líquidos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	556.799	195.988	13.909	105.971	-	872.667
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	218.208	218.208
Reserva legal (Nota 22b)	-	-	10.910	-	(10.910)	-
Dividendos mínimo obrigatório						
(-) Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos) (Nota 22b)	-	-	-	-	(51.824)	(51.824)
Juros sobre Capital Próprio (Nota 22b)	-	-	-	-	(8.176)	(8.176)
Reserva de retenção de lucros (Nota 22b)	-	-	-	147.298	(147.298)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	556.799	195.988	24.819	253.269	-	1.030.875
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	310.405	310.405
Dividendos intermediários distribuídos	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)
Reserva legal (Nota 22b)	-	-	15.520	-	(15.520)	-
Dividendos mínimo obrigatório						
(-) Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos) (Nota 22b)	-	-	-	-	(73.721)	(73.721)
Juros sobre Capital Próprio (Nota 22b)	-	-	-	-	(70.779)	(70.779)
Reserva de retenção de lucros (Nota 22b)	-	-	-	150.385	(150.385)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	556.799	195.988	40.339	308.654	-	1.101.780

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	389.718	294.805
Ajustes		
Depreciação e amortização	206.816	168.105
Perda na baixa do imobilizado e intangível	-	274
Provisão para conserva especial	51.730	59.925
Provisão para contingências	3.166	1.836
Margem de construção - ICPC 01	(2.296)	(3.009)
Receita diferida	338	(727)
Baixa líquida de arrendamento - CPC 06 (R2)	194	-
Perda de arrecadação	6.222	51
Capitalização de custo de empréstimos	(43.715)	(57.029)
Juros e variações monetárias, líquidas	390.624	390.755
	<u>1.002.797</u>	<u>854.986</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(7.512)	(19.377)
Tributos a recuperar	(21.564)	7.394
Despesas pagas antecipadamente	1.644	319
Outros ativos	12.681	(12.650)
Depósitos judiciais	(612)	447
Fornecedores	(26.070)	11.373
Obrigações sociais e trabalhistas	(265)	645
Tributos a pagar	(2.074)	(12.421)
Realização de pagamentos de provisão para conserva especial	(93.273)	(68.390)
Contas a pagar	(1.541)	(2.306)
Caixa gerado nas operações	<u>864.211</u>	<u>760.020</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(63.617)	(39.407)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(236.305)	(251.162)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>564.289</u>	<u>469.451</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	48.248	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Pagamentos)	(130)	(1.256)
Adições ao intangível (Pagamentos)	(330.013)	(210.797)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(281.895)</u>	<u>(212.053)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	50.000	50.000
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(126.199)	(62.826)
Aplicações financeiras - Reserva Debêntures	(77.516)	(73.410)
Pagamento de arrendamento operacional	(23.110)	(16.828)
Pagamento de custos de transação	-	(708)
Pagamentos de juros sobre capital próprio	(34.813)	(68.055)
Pagamentos de dividendos	(95.000)	(19.240)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(306.638)</u>	<u>(191.067)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.244)</u>	<u>66.331</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	228.823	162.492
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	204.579	228.823
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.244)</u>	<u>66.331</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	1.437.866	1.349.793
Receita de serviços	1.208.294	1.048.879
Receita de construção ICPC 01-R1	229.572	300.914
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(90.495)	(87.552)
Custo de construção ICPC 01-R1	(227.276)	(297.905)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(53.960)	(41.620)
Valor adicionado bruto	1.066.135	922.716
Depreciação e amortização	(206.816)	(168.105)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	859.319	754.611
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	65.815	63.388
Outros	7.871	1.539
Valor adicionado total a distribuir	933.005	819.538
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	49.873	48.200
Remuneração direta	39.538	38.832
Benefícios	7.461	6.857
FGTS	2.874	2.511
Impostos, taxas e contribuições	188.633	172.038
Federais	129.137	120.753
Estaduais	131	140
Municipais	59.365	51.145
Remuneração de capitais de terceiros	384.094	381.092
Juros	382.712	380.234
Aluguéis	136	202
Outros	1.246	656
Remuneração de capitais próprios	310.405	218.208
Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos)	73.721	51.824
Juros sobre Capital Próprio	70.779	8.176
Reserva Legal	15.520	10.910
Reserva de Retenção de Lucros	150.385	147.298
Valor adicionado distribuído	933.005	819.538

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009, e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Concessionária possui sete Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo: (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto; (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão; (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão; e (7º) firmado em agosto de 2023, teve como objetivo estabelecer a compensação de passivos e ativos regulatórios, disciplinar a duplicação de 1,8 km na SP-063 (trecho do DER) às expensas da Concessionária e prever a intenção de incluir no escopo do Contrato o investimento necessário para implantação de um novo dispositivo na Rodovia SP-063.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400.

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("RDB FIP"), fundo de investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC ("Farallon") e Mubadala Investment Company ("Mubadala").

No quarto trimestre de 2020, os cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, pelos fundos geridos pela Farallon.

Não obstante, cumpre salientar que Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação, no âmbito dos investidores do RDB FIP, não teve como efeito a alienação do controle indireto da Companhia.

Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Companhia à Rodovias do Brasil Holding S.A. ("RBH"), sociedade controlada pelo RDB FIP. Desta forma, a RBH, passou a ser acionista direta da Companhia, passando a deter o equivalente a 85% de seu capital social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Companhia, sendo certo, contudo, que, uma vez que a RBH é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Companhia.

Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Companhia, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da companhia, de forma que não se aplica o previsto no artigo nº 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

Em 04 de julho de 2024 a Agência de classificação de risco Fitch Ratings divulgou os Ratings Nacionais de Longo Prazo "AAA (bra)", com perspectiva estável, para as emissões de debêntures da Companhia.

Capital circulante líquido negativo

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais, conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras do país para complementar sua necessidade de caixa e faz negociações com seus fornecedores para ampliação dos prazos de pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2024 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 262.256 (R\$ 251.609 em 31 de dezembro de 2023). Não há expectativa da Companhia em ter o capital circulante líquido positivo no curto prazo, entretanto não é um problema de liquidez, dado a capacidade de geração de caixa das atividades operacionais.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são materiais para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas Notas Explicativas no 3.2 e 3.3.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2025.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

- (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de negócios.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida, com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

f) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de software, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do software.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social (Nota Explicativa nº 9).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

h) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 12 (a), limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos.

j) Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, de acordo com as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 13 (a).

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa incorridas do exercício.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento da concessão (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na Rubrica "Direito de outorga da concessão", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão.

k) Provisões

(i) Provisão para manutenção

A Companhia reconheceu uma provisão para conserva especial, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes.

(ii) Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº 20).

l) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14).

m) Credor pela aquisição da concessão

Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente.

n) Debêntures e empréstimos

Os recursos financeiros tomados através de emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

p) Receitas de contratos com clientes

(i) Receita de serviço

A Companhia adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. A Companhia reconhece a receita quando: identifica os contratos com os clientes; identifica as diferentes obrigações do contrato; determina o preço da transação; aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) / ICPC 01 (R1) e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota Explicativa nº 11), onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2024	2023	2024	2023	2024	2023
229.572	300.914	(227.276)	(297.905)	2.296	3.009

q) Benefícios a empregados

(i) Obrigações de aposentadoria

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede aos seus integrantes a opção de adesão ao plano de previdência complementar, firmando junto à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A (“MetLife”).

Em 29 de setembro de 2021, por meio da Portaria PREVIC n°640, publicado no Diário Oficial da União, foi aprovada a retirada de patrocínio da Companhia e o fechamento do plano de previdência complementar firmado junto à Vexty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência).

O novo plano de previdência complementar da Companhia, administrado pela MetLife proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contrapartidas mensais da patrocinadora. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram de R\$ 451 e R\$ 507, respectivamente.

O risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou junto à MetLife não ser aplicável o tratamento de o plano de benefício definido, conforme CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 6.128 e R\$ 6.057, respectivamente.

r) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

s) Arrendamento e Direito de uso

O CPC 06 (R2), alinhado com o IFRS 16, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Concessionária avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos, mensurados à valor presente com base nos pagamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor exercício entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

O cálculo do valor presente dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos é realizado com base na taxa média de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada.

t) Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato é caracterizado pelas obras durante a fase de construção, sendo transferidas para o ativo intangível após sua conclusão. Enquanto "obras em andamento", a Companhia estima o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, sendo equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%, conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

u) Depósitos Judiciais

Em alinhamento com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, são valores depositados em juízo para garantir obrigações ou discutir litígios judiciais, reconhecidos no ativo por determinação judicial ou voluntariamente, quando considerados passíveis de recuperação e sejam devidamente controlados pela Companhia. São mensurados inicialmente pelo valor efetivamente depositado e corrigidos periodicamente por atualização monetária, tendo suas contrapartidas reconhecidas no resultado, em contas de receita ou despesa financeira.

v) Dividendos e JSCP

Em observância a Lei nº 6.404/76 e ao Estatuto Social, a Companhia adota a prática de distribuição de dividendos com base no lucro líquido apurado no exercício, observado o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após constituição da reserva legal. Os dividendos são propostos pela Administração e após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, são pagos de acordo com os prazos deliberados.

Além dos dividendos, a Companhia pode distribuir Juros sobre o Capital Próprio, podendo inclusive, imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios. O montante distribuído nesta natureza está sujeito a retenção de imposto de renda na fonte e deve ser definido com base da disponibilidade de lucros e reservas, sendo limitado a aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido da Companhia, conforme Lei nº 9.249/95.

2.3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;

- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis desta Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente) para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16/CPC 06 (R2), que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16/CPC 06 (R2) não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7/CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, *forfait* ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Moeda não cambiável

Exige que a divulgação de informações permita aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável, afetando a situação financeira, os passivos e os fluxos de caixa da entidade - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro 2025.

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

c) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 - Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens.

Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma efetiva correlata ainda não foi emitida no Brasil, para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

2.6. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa são suficientes para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano (ii)</u>	<u>Entre um e dois anos (ii)</u>	<u>Entre dois e cinco anos (ii)</u>	<u>Acima de cinco anos (ii)</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	38.648	12.224	-	-
Debêntures (i)	832.081	419.524	1.300.659	2.469.324
Nota Comercial (i)	57.844	-	-	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	249.693	23.411	-	-
Debêntures (i)	305.278	802.988	1.209.744	2.776.056
Cédula de Crédito Bancário (i)	56.160	-	-	-

- (i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e empréstimos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2024, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

(i) Ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI, extraídos das projeções do Banco Santander em 10 de janeiro de 2025, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses e patrimônio líquido, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2024.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2024	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário III Adverso extremo	
			Taxa	Receita a	Taxa	Receita	Taxa	Receita
Aplicações Financeiras	Redução no CDI	368.067	14,65%	53.911	10,99%	40.433	7,32%	26.956

(ii) Passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas projeções do CDI e IPCA extraídos das projeções do Banco Santander e do Relatório Focus do BCB em 10 de janeiro de 2025, foi definido o cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2024:

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2024	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário III Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Empréstimos	Alta no CDI	51.063	14,65%	(7.479)	18,31%	(9.349)	21,97%	(11.219)
Debêntures	Alta no CDI	163.550	14,65%	(23.955)	18,31%	(29.944)	21,97%	(35.933)
Debêntures	Alta no IPCA	573.707	5,00%	(28.685)	6,25%	(35.857)	7,50%	(43.028)

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade apresentada têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados a um ativo-objeto durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

e) Exposição aos riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem na possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia faz o acompanhamento permanente das posições em aberto e mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Debêntures e empréstimos

As debêntures e os empréstimos, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e empréstimos (incluindo os valores de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023, podem ser assim sumarizados:

	31/12/2024	31/12/2023
Total das debêntures e empréstimos (Nota nº 15)	3.135.015	3.037.896
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	(204.579)	(228.823)
Aplicações Financeiras (Nota nº 7)	(368.067)	(304.121)
Dívida líquida	<u>2.562.369</u>	<u>2.504.952</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.101.781</u>	<u>1.030.875</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>3.664.150</u>	<u>3.535.827</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>70%</u>	<u>71%</u>

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados:

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1).

e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	-	-	204.579	228.823
Aplicações financeiras (Nota nº 7)	368.067	304.121	-	-
Contas a receber (Nota nº 8)	-	-	85.525	84.160
	<u>368.067</u>	<u>304.121</u>	<u>290.104</u>	<u>312.983</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures (Nota nº 15) (i)	-	-	3.135.015	3.037.896
Arrendamento mercantil operacional (Nota nº 16)	-	-	53.476	15.876
Fornecedores (Nota nº 14)	-	-	46.084	268.687
Outros passivos	-	-	4.788	4.418
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.239.363</u>	<u>3.326.877</u>

(i) Valor líquido do custo de transação.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* podem ser avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	82.971	82.461
Receitas acessórias	2.554	1.699
Total de contas a receber	<u>85.525</u>	<u>84.160</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Bancos conta movimento	18.984	14.127
Aplicações de liquidez imediata	183.617	212.194
Aplicação financeira	368.067	304.121
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>570.668</u>	<u>530.443</u>
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito	1.254	1.778
Fundo de troco	719	719
	<u>1.978</u>	<u>2.501</u>
	<u>572.646</u>	<u>532.944</u>

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA	AAA	BB ¹
Banco BTG Pactual S.A.	AAA	AAA	AAA
Banco Santander S.A.	-	AAA	AAA
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AAA	AAA
XP Investimentos S.A.	AAA	-	AAA

¹ Rating global.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito (i)	1.254	1.778
Fundo de troco	719	719
Bancos conta movimento	18.984	14.127
Aplicações financeiras (ii)	183.617	212.194
	204.579	228.823

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do exercício correspondente;
- (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 100% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (i)	-	40.841
Total de aplicações financeiras	-	40.841
Aplicações financeiras vinculadas (ii)	368.067	263.280
Total de Aplicações financeiras vinculadas	368.067	263.280
	368.067	304.121
Circulante	368.067	40.841
Não circulante	-	263.280

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 não há saldo de aplicações financeiras (31 de dezembro de 2023 - R\$ 40.841) em razão da liquidação integral das operações com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores CRB ("FIDC" ou "Fundo"), referente a aquisições de 735 cotas subordinadas do Fundo efetuadas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de 100% do CDI.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tinha como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. Era vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tinha por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detinham contra a Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo ficava a cargo de uma administradora especializada.

- (ii) A aplicação financeira vinculada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2ª Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 98,54% do CDI, nos últimos 12 meses.

8. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI") (i)	77.568	70.914
Vale pedágio (i)	3.384	9.667
Receitas acessórias	2.554	1.699
Cartões de crédito e débito	2.019	1.880
	<u>85.525</u>	<u>84.160</u>
Ativo circulante	85.525	77.992
Ativo não circulante	-	6.168

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de julho de 2024 o saldo das contas a receber proveniente da Ação Civil Pública da Praça de Pedágio de Jundiaí (SP-360), no montante de R\$ 6.146, foi baixado ao resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	208.871	231.718
Provisão para contingências (a)	11.351	10.275
Outras Provisões (a)	387	400
Provisão para conserva especial (a)	9.392	3.810
Participação nos lucros e resultados (a)	2.084	2.059
Direito de Uso (IFRS 16) (a)	17.203	5.434
Resultado diferido (CPC 47 / IFRS 15) (a)	1.011	901
	<u>250.299</u>	<u>254.597</u>
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva demanda)	60.989	60.910
Margem de construção	9.881	9.576
Encargos financeiros	194	511
Juros e encargos capitalizados	69.888	57.718
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº 12.973)	41.344	44.228
Passivo de Arrendamento (IFRS 16)	18.182	5.527
	<u>200.478</u>	<u>178.470</u>
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	250.299	254.597
Tributos diferidos passivos	(200.478)	(178.470)
	<u>49.821</u>	<u>76.127</u>

A variação líquida em 31 de dezembro de 2024, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2023, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 26.306, conforme Nota Explicativa nº 28.

(i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Outros (a)	Compensação Total
2025	38.281	-	38.281
2026	52.388	-	52.388
2027	76.782	-	76.782
2028	41.420	-	41.420
	<u>208.871</u>	<u>41.428</u>	<u>250.299</u>

(a) Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	722	3.711	97.410	754	102.597
Adições	202	173	445	-	820
Baixas	(208)	-	-	-	(208)
Atualização monetária	40	182	7.540	36	7.798
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>756</u>	<u>4.066</u>	<u>105.395</u>	<u>790</u>	<u>111.007</u>

(i) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes.

Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Companhia manteve até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve movimentação relevante para esse processo.

11. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras:

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023			31/12/2024	
	Custo	Adições	Consumo	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	16.316	21.985	-	(23.463)	14.838
Hardware equipamentos de pedágio	387	4.586	-	(1.488)	3.485
Demais melhorias e ampliações	164.458	131.547	-	(242.579)	53.426
Pontes e Viadutos	4	3.462	-	(3.466)	-
Desapropriações	25.842	13.689	-	(38.375)	1.156
Custos de empréstimos (ii)	69.570	44.156	-	(99.956)	13.770
Meio ambiente e elementos de segurança	2.446	1.012	-	(249)	3.209
Estoque de Material de Obras	8.497	891	(7.465)	-	1.923
	<u>287.520</u>	<u>221.328</u>	<u>(7.465)</u>	<u>(409.576)</u>	<u>91.807</u>

	31/12/2022			31/12/2023	
	Custo	Adições	Consumo	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	43.266	45.982	-	(72.932)	16.316
Hardware equipamentos de pedágio	7.848	985	-	(7.345)	387
Demais melhorias e ampliações	167.268	145.748	-	(149.655)	164.458
Pontes e Viadutos	3.060	24.840	-	(27.900)	4
Desapropriações	59.509	21.134	-	(54.801)	25.842
Custos de empréstimos (ii)	58.783	57.605	-	(46.818)	69.570
Meio ambiente e elementos de segurança	6.490	3.892	-	(7.936)	2.446
Estoque de Material de Obras	11.360	-	(2.863)	-	8.497
	<u>357.584</u>	<u>300.186</u>	<u>(2.863)</u>	<u>(367.387)</u>	<u>287.520</u>

- (i) Obras concluídas transferidas de ativo de contrato para ativo intangível;
(ii) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures, utilizadas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se a ampliações e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Os principais investimentos realizados foram: Perimetral de Itatiba (SP-360), marginais km 121+120 ao km 129 (SP 332), Interseção km 116+000 (SP 332), Marginal km 89+090S (SP 065), Prolongamento (SP 083) e Faixa Adicional km 74 ao 118+150 (SP 065).

12. Imobilizado

a) Composição:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
				Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20	4.295	(2.913)	1.382	1.914
Móveis e utensílios	10	10	(6)	4	5
Veículos	20	470	(157)	313	407
Instalações	10	52	(11)	41	46
		<u>4.827</u>	<u>(3.087)</u>	<u>1.740</u>	<u>2.371</u>

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
				Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20	4.169	(2.255)	1.914	2.514
Móveis e utensílios	10	10	(5)	5	6
Veículos	20	470	(63)	407	214
Instalações	10	52	(6)	46	51
		<u>4.700</u>	<u>(2.329)</u>	<u>2.371</u>	<u>2.785</u>

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação:

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Total
Custo	4.168	10	470	52	4.700
Depreciação acumulada	(2.255)	(5)	(63)	(6)	(2.329)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.913	5	407	46	2.371
Adições	127	-	-	-	127
Depreciação	(658)	(1)	(94)	(5)	(758)
Saldo contábil	1.382	4	313	41	1.740
Custo	4.295	10	470	52	4.827
Depreciação acumulada	(2.913)	(6)	(157)	(11)	(3.087)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.382	4	313	41	1.740

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Total
Custo	4.102	10	247	52	4.411
Depreciação acumulada	(1.588)	(4)	(33)	(1)	(1.626)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.514	6	214	51	2.785
Adições	66	-	470	-	537
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(182)	-	(182)
Depreciação	(667)	(1)	(95)	(5)	(768)
Saldo contábil	1.913	5	407	46	2.371
Custo	4.168	10	470	52	4.700
Depreciação acumulada	(2.255)	(5)	(63)	(6)	(2.329)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.913	5	407	46	2.371

13. Intangível

a) Composição:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	726.172	(180.768)	545.404	551.902
Pavimentações	585.706	(502.713)	82.993	87.515
Hardware equipamentos de pedágio	102.824	(34.010)	68.814	71.062
Demais melhorias e ampliações	1.665.551	(295.119)	1.370.432	1.191.878
Desapropriações	357.513	(75.637)	281.876	257.876
Custos de empréstimos	206.769	(12.909)	193.860	101.906
Máquinas e equipamentos	3.733	(3.026)	707	967
Móveis e utensílios	2.070	(1.437)	633	794
Veículos	15.139	(5.822)	9.317	1.677
Meio ambiente e elementos de segurança	226.881	(61.985)	164.896	173.466
	3.892.358	(1.173.426)	2.718.932	2.439.043
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.239	(520.412)	816.827	861.330
Direito de uso (iii)	96.701	(46.103)	50.598	15.981
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	6.140	(5.187)	953	1.739
	1.440.080	(571.702)	868.378	879.050
	5.332.438	(1.745.128)	3.587.310	3.318.093

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2023	31/12/2022
			Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	703.545	(151.643)	551.902	483.577
Pavimentações	585.706	(498.191)	87.515	91.826
Hardware equipamentos de pedágio	101.370	(30.308)	71.062	67.018
Demais melhorias e ampliações	1.418.791	(226.913)	1.191.878	1.086.458
Desapropriações	319.139	(61.263)	257.876	214.930
Custos de empréstimos	106.812	(4.906)	101.906	58.359
Máquinas e equipamentos	3.747	(2.780)	967	1.405
Móveis e utensílios	2.018	(1.224)	794	996
Veículos	7.970	(6.293)	1.677	2.353
Meio ambiente e elementos de segurança	226.478	(53.012)	173.466	173.453
	<u>3.475.576</u>	<u>(1.036.533)</u>	<u>2.439.043</u>	<u>2.180.375</u>
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(475.908)	861.330	903.759
Direito de uso (iii)	40.218	(24.237)	15.981	24.003
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	6.060	(4.321)	1.739	2.416
	<u>1.383.516</u>	<u>(504.466)</u>	<u>879.050</u>	<u>930.178</u>
	<u>4.859.092</u>	<u>(1.540.999)</u>	<u>3.318.093</u>	<u>3.110.553</u>

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e/ou volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas macroeconômicas.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1% e foi estimada, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05.

(ii) Direito de outorga da concessão

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato.

(iii) Direito de uso

O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16, a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacional.

(iv) Softwares adquiridos de terceiros

Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear, alocados no resultado do exercício.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação:

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento	Total
Custo	3.475.576	1.337.238	6.060	40.218	4.859.092
Amortização acumulada	(1.036.533)	(475.908)	(4.321)	(24.237)	(1.540.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.439.043	861.330	1.739	15.981	3.318.093
Adições	9.135	-	80	56.484	65.699
Transferências de obras (i)	409.576	-	-	-	409.576
Baixa de custo histórico (ii)	(1.929)	-	-	-	(1.929)
Baixa de amortização (ii)	1.929	-	-	-	1.929
Amortização	(138.822)	(44.503)	(866)	(21.867)	(206.058)
Saldo contábil	2.718.932	816.827	953	50.598	3.587.310
Custo	3.892.358	1.337.238	6.140	96.702	5.332.438
Amortização acumulada	(1.173.426)	(520.411)	(5.187)	(46.104)	(1.745.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.718.932	816.827	953	50.598	3.587.310

(i) Obras concluídas transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 11;

(ii) Baixa de custo e amortização histórica por venda de veículos.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento	Total
Custo	3.107.915	1.337.238	5.902	34.463	4.485.518
Amortização acumulada	(927.540)	(433.479)	(3.486)	(10.460)	(1.374.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.180.375	903.759	2.416	24.003	3.110.553
Adições	727	-	158	6.697	7.582
Transferências de obras (i)	367.387	-	-	-	367.387
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(92)	-	(92)
Baixa de custo histórico (ii)	-	-	-	(942)	(942)
Baixa de amortização (ii)	-	-	-	942	942
Amortização	(109.354)	(42.429)	(835)	(14.719)	(167.337)
Saldo contábil	2.439.135	861.330	1.647	15.981	3.318.093
Custo	3.476.029	1.337.238	6.060	40.218	4.859.545
Amortização acumulada	(1.036.894)	(475.908)	(4.413)	(24.237)	(1.541.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.439.135	861.330	1.647	15.981	3.318.093

(i) Obras concluídas transferidas de ativo de contrato para ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 11;

(ii) Baixa de custo e amortização histórica por encerramento de contrato de arrendamento.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	1.272	32.220	6.725	40.217
Amortização acumulada	(918)	(19.743)	(3.575)	(24.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	354	12.477	3.150	15.981
Adições	877	53.797	-	54.787
Revisão de Contratos	28	1.086	583	1.697
Amortização	(198)	(18.686)	(2.983)	(21.867)
Saldo contábil	1.061	48.674	863	50.598
Custo	2.177	87.103	7.421	96.701
Amortização acumulada	(1.116)	(38.429)	(6.558)	(46.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.061	48.674	863	50.598

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve a renovação de um contrato de arrendamento de máquinas e equipamentos, no total de R\$ 53.639. Adicionalmente, outros contratos de menor expressividade do grupo de imóveis foram contraídos ou renovados.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	987	30.026	3.449	34.462
Amortização acumulada	(748)	(7.319)	(2.392)	(10.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	22.707	1.057	24.003
Adições	311	2.194	4.192	6.697
Baixa de custo histórico (i)	(26)	-	(916)	(942)
Baixa de amortização (i)	26	-	916	942
Amortização	(196)	(12.424)	(2.099)	(14.719)
Saldo contábil	354	12.477	3.150	15.981
Custo	1.272	32.220	6.725	40.218
Amortização acumulada	(918)	(19.743)	(3.575)	(24.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	354	12.477	3.150	15.981

(i) Baixa de custo e amortização histórica por encerramento de contrato de arrendamento.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados no resultado do exercício os contratos de arrendamento mercantil de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento:

	31/12/2024	31/12/2023
Veículos	2	70
Máquinas e equipamentos	130	90
	<u>132</u>	<u>160</u>

14. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	46.084	268.687
	<u>46.084</u>	<u>268.687</u>
Passivo circulante	33.860	245.276
Passivo não circulante	12.224	23.411

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

Os fornecedores tinham a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"). Contudo, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 (i), o saldo das operações equivalentes a estes contratos foi integralmente liquidado em 2024. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R\$ 219.288.

15. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023
1ª Emissão Debêntures ODTR11 (a)	R\$	IPCA + 6,70%	376.734	358.915
2ª Emissão Debêntures CBAN (a)	R\$	IPCA + 5,0% / IPCA + 5,2% / CDI + 2,0%	2.969.610	2.948.265
Nota Comercial e CCB (d)	R\$	CDI + 1,60%	51.063	51.096
Custos a amortizar (b)	R\$		(262.392)	(320.380)
			<u>3.135.015</u>	<u>3.037.896</u>
(-) Passivo circulante				
Debêntures			712.897	280.592
Nota Comercial e CCB			51.063	50.854
			<u>763.960</u>	<u>331.446</u>
Passivo não circulante				
Debêntures (c)			2.371.055	2.706.450
			<u>2.371.055</u>	<u>2.706.450</u>
			<u>3.135.015</u>	<u>3.037.896</u>

(a) Debêntures

Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da escritura das Debêntures simples ODTR11, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11. Em contrapartida a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitado.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

Conforme obrigação escritural da Debênture CBAN 2ª emissão, a Companhia deve realizar pagamentos semestrais e consecutivos de juros remuneratórios, até o prazo de liquidação. Em 2024 a Companhia liquidou parcelas no montante de R\$ 281.517, sendo R\$ 76.199 de principal e R\$ 205.318 de remunerações, os pagamentos ocorreram em janeiro e julho.

Conforme obrigação escritural da Debênture ODTR11, a Companhia deve realizar pagamentos anuais e consecutivos de juros remuneratórios, até o prazo de liquidação. Em 15 de outubro de 2024, a Companhia liquidou parcela da emissão das Debêntures ODTR11 no montante de R\$ 24.623, sendo o total referente a juros.

A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31/12/2024	31/12/2023
Novembro-13	ODTR 1ª série	300.000	Outubro-25	IPCA + 6,70%	376.734	358.914
Dezembro-19	CBAN 1ª série	859.479	Até julho-34	IPCA + 5,0%	1.301.841	1.242.742
Dezembro-19	CBAN 2ª série	700.000	Até julho-27	CDI + 2,0%	742.339	822.133
Dezembro-19	CBAN 3ª série	240.771	Até julho-34	IPCA + 5,2%	366.473	349.826
Dezembro-19	CBAN 5ª série	199.750	Até julho-34	IPCA + 5,2%	304.036	290.225
Dezembro-19	CBAN 7ª série	167.482	Até julho-34	IPCA + 5,2%	254.921	243.341
					<u>3.346.344</u>	<u>3.307.181</u>

O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão é amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, com início em 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 é realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de amortização da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries CBAN	(i)	Datas de amortização da 2ª série CBAN	(ii)	Datas de amortização da 1ª série ODTR11	(iii)
Jul/22	0,25%	Jul/22	1,00%	Out/25	100,00%
Jan/23	0,13%	jan/23	0,50%	-	-
Jul/23	0,13%	jul/23	0,50%	-	-
Jan/24	0,13%	jan/24	4,50%	-	-
Jul/24	0,13%	jul/24	4,50%	-	-
Jan/25	0,13%	jan/25	13,50%	-	-
Jul/25	0,13%	jul/25	13,50%	-	-
Jan/26	0,25%	jan/26	14,00%	-	-
Jul/26	0,25%	jul/26	14,00%	-	-
Jan/27	0,25%	jan/27	17,00%	-	-
Jul/27	0,25%	jul/27	17,00%	-	-
Jan/28	6,00%	-	-	-	-
Jul/28	6,00%	-	-	-	-
Jan/29	6,50%	-	-	-	-
Jul/29	6,50%	-	-	-	-
Jan/30	6,75%	-	-	-	-
Jul/30	6,75%	-	-	-	-
Jan/31	6,75%	-	-	-	-
Jul/31	6,75%	-	-	-	-
Jan/32	6,75%	-	-	-	-
Jul/32	6,75%	-	-	-	-
Jan/33	7,00%	-	-	-	-
Jul/33	7,00%	-	-	-	-
Jan/34	9,25%	-	-	-	-
Jul/34	9,25%	-	-	-	-

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª série a ser amortizado;
- (iii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da 1ª série a ser amortizado.

(b) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Debêntures	CCB	31/12/2024	31/12/2023
	Total	Santander	Total	Total
Saldos no início do exercício	320.139	241	320.380	377.004
Constituição custo de transação	-	-	-	290
(-) Amortizações	(57.747)	(241)	(57.988)	(56.914)
Saldo no final do exercício	262.392	-	262.392	320.380
Passivo circulante			24.360	23.976
Passivo não circulante			238.032	296.404

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures CBAN 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Série	Debêntures CBAN 2ª Série	Debêntures ODTR11 1ª Série	CCB Santander	Total
2025	11.944	11.771	645	-	24.360
2026	44.102	13.858	-	-	57.960
2027	45.217	3.779	-	-	48.996
2028	41.356	-	-	-	41.356
2029	34.982	-	-	-	34.982
2030 em diante	54.738	-	-	-	54.738
	232.339	29.408	645	-	262.392

(c) Prazo de vencimento

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2026	261.266	(57.960)	203.306	503.521	(64.508)	439.013
2027	268.275	(48.996)	219.279	242.562	(57.267)	185.295
2028	263.162	(41.356)	221.806	259.695	(48.304)	211.391
2029	278.570	(34.982)	243.588	256.324	(40.292)	216.032
2030 em diante	1.537.814	(54.738)	1.483.076	1.740.751	(86.033)	1.654.719
	2.609.087	(238.032)	2.371.055	3.002.853	(296.404)	2.706.450

(d) Nota Comercial e Cédula de Crédito Bancário ("CCB")

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia realizou a 1ª emissão de Nota Comercial Escritural, em série única, em favor do Banco ABC Brasil S.A., no valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 28 de outubro de 2025 (*bullet*) à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 1,60% a.a., calculados de forma exponencial pro rata temporis (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis. Não há constituição de garantias.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nesta mesma data, a Companhia realizou o pagamento e liquidação da 6ª emissão da CCB, em favor do Banco Santander do Brasil S.A., no montante total de R\$ 56.364, sendo R\$ 50.000 de principal e R\$ 6.364 de juros.

e) Movimentação de empréstimos e debêntures

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	3.037.896	2.890.025
Pagamento de principal de debêntures	(76.199)	(12.826)
Pagamento de principal de empréstimos	(50.000)	(50.000)
Juros e correções provisionados de debêntures	345.304	347.472
Juros de empréstimos	6.331	7.762
Juros e correções pagos de debêntures	(229.941)	(243.492)
Juros pagos de empréstimos	(6.364)	(7.669)
Nota Comercial e CCB Santander	50.000	50.000
Constituição Custo de transação CCB Santander	-	(290)
Amortização do custo de transação debêntures	57.747	56.494
Amortização do custo de transação CCB Santander	241	420
Saldos final do exercício	<u>3.135.015</u>	<u>3.037.896</u>

As despesas financeiras das debêntures incorridas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I são capitalizadas juntamente com os demais custos da infraestrutura, conforme Nota Explicativa nº 11. A taxa média de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização do exercício foi de 17,00%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras, está demonstrada na Nota Explicativa nº 26.

f) Garantias vigentes

As garantias constituídas pela Companhia são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Companhia. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva.

g) Principais compromissos assumidos (Covenants)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2024. Para as Debêntures CBAN da 2ª emissão, foram apurados no exercício, 1,78x e 2,68x referente ao ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para o exercício são:

- ICSD: maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos);
- Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 3 (três inteiros).

16. Arrendamento mercantil operacional

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323	12.327	3.226	15.876
Adições	877	53.797	113	54.787
Revisão de Contratos	68	1.275	548	1.891
Baixas	(268)	(20.019)	(2.965)	(23.252)
Apropriação de juros	75	3.480	235	3.790
Desmobilização	384	-	-	384
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1.458</u>	<u>50.860</u>	<u>1.158</u>	<u>53.476</u>
Passivo circulante	580	20.206	460	21.246
Passivo não circulante	879	30.654	697	32.230

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida com base na projeção de mercado do IPCA e CDI, correspondendo a taxa de 10,60% a.a.

17. Partes relacionadas

a) Composição

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos nos exercícios findo de 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	<u>Serviços prestados</u>
CNO S.A. ("CNO") (i)	<u>36</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>36</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>34</u></u>

(i) CNO S.A.

O montante de R\$ 36, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação, para acesso a consulta de dados históricos).

b) Honorários da administração

A remuneração paga aos Administradores estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalizaram os montantes de R\$ 3.412 e R\$ 3.181, respectivamente:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Remunerações	2.705	2.522
Benefícios (i)	<u>166</u>	<u>154</u>
Subtotal	2.871	2.676
Encargos	541	505
	<u><u>3.412</u></u>	<u><u>3.181</u></u>

(i) Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

18. Salários e encargos sociais a pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e ordenados	6.317	6.259
Encargos sociais	1.539	1.585
Provisão para férias, 13º salário e encargos	<u>4.076</u>	<u>4.353</u>
	<u><u>11.932</u></u>	<u><u>12.197</u></u>

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações tributárias a pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações fiscais federais		
Impostos retidos na fonte	14.768	836
IRPJ a recolher (i)	-	1.904
CSLL a recolher (i)	-	1.909
PIS a recolher	713	663
COFINS a recolher	<u>3.358</u>	<u>3.131</u>
	18.839	8.443
Obrigações fiscais municipais		
ISS retido na fonte	765	655
ISS a recolher	<u>6.800</u>	<u>6.044</u>
	7.565	6.699
	<u>26.404</u>	<u>15.142</u>
Passivo circulante	24.920	14.005
Passivo não circulante	1.484	1.137

- (i) No período de fevereiro a dezembro de 2024 a Companhia quitou o montante de R\$ 72.611 a títulos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal. Em razão da apuração de ajuste anual, o valor devido destes impostos totalizou R\$ 53.005, despesa menor do que a quantia antecipada no exercício.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para demandas judiciais

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórios	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.415	12.962	286	14.556	30.219
Constituição	2.232	8.327	21	3.580	14.160
Reversão	(2.400)	(6.379)	-	(2.215)	(10.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.247</u>	<u>14.910</u>	<u>307</u>	<u>15.921</u>	<u>33.385</u>
	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórios	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.653	15.925	261	10.544	28.383
Constituição	1.107	3.093	25	5.628	9.853
Reversão	(345)	(6.056)	-	(1.616)	(8.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.415</u>	<u>12.962</u>	<u>286</u>	<u>14.556</u>	<u>30.219</u>

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está envolvida em processos judiciais decorrentes da sua atividade operacional, incluindo ações trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias. As provisões são constituídas de acordo com a natureza e probabilidade de desfecho desfavorável e são revisadas periodicamente, com base em pareceres legais emitidos por advogados internos e externos, considerando novos fatos ou decisões que possam alterar a avaliação do risco. Os processos de natureza cível e regulatória possuem maior expressividade.

Processos cíveis

De forma abrangente, os principais processos judiciais de natureza cível envolvem ações indenizatórias de discussões sobre acidentes ocorridos nos trechos sob administração da concessionária, ações civis públicas de aplicações de multas, além de cobrança de honorários advocatícios contratuais.

Processos regulatórios

Nesta natureza, os principais processos tratam de discussões sobre reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, além de ações anulatórias de sanções administrativas.

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

Processos com classificação de risco possíveis

A Companhia também possui ações de naturezas cível, trabalhista, tributária e regulatória, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil e as IFRS não determinam a sua contabilização:

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências trabalhistas e previdenciárias	11.988	7.144
Reclamações cíveis	46.835	30.301
Contingências regulatórios	11.638	6.988
Contingências tributárias	67.511	65.865
	<u>137.972</u>	<u>110.298</u>

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a:

Processos cíveis

Processos judiciais de ações indenizatórias por acidentes fatais ou ainda choque contra objetos ou animais na pista, ação declaratória de restituição de garantias (caução ou retenção de nota fiscal) e discussão sobre faixa de domínio (usucapião/retificação de área).

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos tributários

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

A Companhia apresenta depósitos judiciais conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

A administração reforça que segue com o acompanhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, para monitorar possíveis impactos da decisão do STF que possam anular "trânsito em julgado" de ações tributárias. Até o presente momento não foram identificados impactos à CRB.

Processos regulatórios

A Companhia está envolvida em ações judiciais no âmbito regulatório, que se referem, principalmente, a pleitos e/ou contestações junto ao órgão regulador (ARTESP).

Com base na avaliação dos assessores jurídicos, essas ações são classificadas como possíveis. Caso haja decisões desfavoráveis, a Companhia poderá incorrer em custos relacionados aos honorários sucumbenciais, para os quais existem incertezas relacionadas à mensuração.

A Administração da Companhia monitora constantemente a evolução desses processos e adota as medidas cabíveis com o intuito de mitigar eventuais impactos financeiros.

21. Provisão de conserva especial

a) Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de conserva especial, líquida de AVP	<u>27.623</u>	<u>11.205</u>
	<u>27.623</u>	<u>11.205</u>
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de conserva especial, líquida de AVP	<u>11.205</u>	<u>7.224</u>
	<u>11.205</u>	<u>7.224</u>

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	11.205	7.224
Constituição conserva especial, líquida de AVP	59.391	79.044
Baixa de conserva especial	(42.973)	(75.063)
Saldos final do exercício	<u>27.623</u>	<u>11.205</u>
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	7.224	9.454
Constituição conserva especial, líquida de AVP	79.044	80.140
Baixa de conserva especial	(75.063)	(82.370)
Saldo final do exercício	<u>11.205</u>	<u>7.224</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 27.623 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 11.205, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para a próxima intervenção a ser realizada, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 10,60% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI.

A Companhia reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão é constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e no exercício de 2023, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

Acionistas	Números de ações em unidades					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	n° ações	%	n° ações	%	n° ações	%
Rodovias do Brasil Holding S.A.	236.639.596	85	236.639.596	85	473.279.192	85
OTP CRB Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	41.759.929	15	41.759.929	15	83.519.858	15
	<u>278.399.525</u>	<u>100</u>	<u>278.399.525</u>	<u>100</u>	<u>556.799.050</u>	<u>100</u>

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Destinação do Resultado

(i) Reserva Legal

A reserva legal deve ser obrigatoriamente constituída ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de quaisquer outras destinações, e não pode exceder a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital.

(ii) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	310.405	218.208
Constituição reserva legal (5%) (i)	(15.520)	(10.910)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	294.885	207.298
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (ii)	<u>(73.721)</u>	<u>(51.824)</u>
Total dividendos propostos pela Administração	(73.721)	(51.824)
Forma de Pagamento:		
Juros sobre capital próprio (iii)	(70.779)	(8.176)
Juros sobre capital próprio (imputados aos dividendos) (iii)	(73.721)	(51.824)
Total	<u>(144.500)</u>	<u>(60.000)</u>
Reserva de retenção de lucros (iv)	<u>(150.385)</u>	<u>(147.298)</u>

Conforme disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada a reserva legal. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado em assembleia geral.

Em 2024, por meio de Reuniões Ordinárias do Conselho da Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, no montante de R\$ 60.000 e R\$ 35.000, com pagamentos efetivados em 29 de abril e 25 de outubro de 2024, respectivamente.

(iii) Juros sobre o Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, sobre o patrimônio líquido da sociedade. Conforme exigência legal, o valor definido deve ser limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior.

Em 25 de setembro de 2024, por meio de Reunião Ordinária do Conselho da Administração, foi aprovada com manifestação favorável a proposta de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 39.900. Em 25 de outubro de 2024 foi realizado o pagamento, sendo que para os juros sobre o capital próprio o valor total distribuído foi de R\$ 34.813, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), conforme previsão legal.

Em 20 de dezembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a distribuição pela Companhia de juros sobre capital próprio corrente no valor de R\$ 13.600 e acumulados no valor de R\$ 91.000, totalizando R\$ 104.600, que serão pagos conforme deliberação oportuna, de acordo com a base acionária e nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia.

Nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1700/2017 e do Estatuto Social, o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, pode ser imputado ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

(iv) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia constituiu reserva de retenção de lucros de R\$ 150.385 do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo o saldo excedente da destinação do resultado após a constituição da reserva legal, provisão de juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, como prevê o artigo 196 da Lei 6.404/76, que determina que a Assembleia-Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício.

c) Reserva de Capital

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da ex-controladora indireta (Odebrecht Transport Participações S.A. - OTHP), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas em numerário	91.663	117.421
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	987.184	828.806
Receitas de vale pedágio (iii)	33.834	39.076
Receitas acessórias	21.264	19.945
Receitas com Cartão de Crédito e Débito	74.349	43.631
Receita de operação	<u>1.208.294</u>	<u>1.048.879</u>
Receita de construção ICPC 01 (R1) (i)	229.572	300.914
Receita total	<u>1.437.866</u>	<u>1.349.793</u>
Tributos sobre serviços de operação	(101.301)	(87.561)
	<u><u>1.336.565</u></u>	<u><u>1.262.232</u></u>

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia reconheceu R\$ 229.572 e R\$ 300.914, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;
- (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

24. Custos dos serviços

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(205.191)	(166.502)
Salários e encargos	(43.126)	(43.275)
Gastos gerais	(2.456)	(1.774)
Manutenção de Softwares	(3.646)	(3.470)
Energia Elétrica	(2.274)	(2.062)
Perda de Arrecadação	(6.234)	(51)
Serviços de terceiros	(21.534)	(17.890)
Seguros	(4.860)	(3.881)
Outorga variável	(18.247)	(15.756)
Provisão para conserva especial	(51.730)	(59.925)
Materiais	(14.009)	(12.479)
	<u>(373.307)</u>	<u>(327.065)</u>
Custo de construção ICPC 01 (R1)	(227.276)	(297.905)
	<u><u>(600.583)</u></u>	<u><u>(624.970)</u></u>

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	(15.423)	(13.200)
Serviços de terceiros	(7.155)	(3.467)
Depreciação e amortização	(1.624)	(1.603)
Materiais e equipamentos	(394)	(436)
Despesa com veículos	(216)	(199)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(875)	(877)
Provisão para demandas judiciais	(3.166)	(1.836)
Indenizações Cíveis	(3.214)	(2.031)
Manutenção de Softwares	(632)	(266)
Gastos gerais	(4.477)	(3.148)
	<u>(37.176)</u>	<u>(27.063)</u>

26. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receita líquida de aplicações financeiras	55.227	51.403
Atualização de depósitos judiciais	7.798	9.048
Outras receitas financeiras	2.790	2.937
	<u>65.815</u>	<u>63.388</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.331)	(7.763)
Juros sobre debêntures	(225.319)	(240.194)
Correção monetária sobre debêntures	(119.985)	(107.279)
Custos de transação sobre debêntures	(57.747)	(56.494)
Custo de transação CCB Santander	(241)	(420)
Arrendamento mercantil operacional	(3.795)	(2.838)
Comissões e despesas bancárias	(3.134)	(3.046)
Ajuste a valor presente	(7.661)	(19.119)
Outras despesas financeiras	(2.229)	(133)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	43.715	57.029
	<u>(382.727)</u>	<u>(380.257)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(316.912)</u>	<u>(316.869)</u>

A seguir demonstramos a reconciliação de juros, correções e custo de transação sobre debêntures, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como a capitalização de juros no ativo de contrato e o resultado financeiro:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros e encargos sobre debêntures (Nota nº 15 (e))	(345.304)	(347.473)
Custos de transação sobre debêntures (Nota nº 15 (e))	(57.747)	(56.494)
Total de juros e encargos sobre debêntures	(403.051)	(403.967)
Capitalização de juros e encargos sobre debêntures (Nota nº 11(ii))	44.156	57.605
(-) Margem de construção ICPC 01 (R1) ativo de contrato	(441)	(576)
Total de despesas de juros, encargos e custo de transação	(359.336)	(346.938)
Juros sobre debêntures	(225.319)	(240.194)
Correção monetária sobre debêntures	(119.985)	(107.279)
Amortização do custo de transação sobre debêntures	(57.747)	(56.494)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	43.715	57.029
Total de reconciliação de juros, encargos e custo de transação	<u>-</u>	<u>-</u>

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras receitas e (despesas), líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Venda de ativo	1.952	183
Indenizações (i)	5.700	604
Outras receitas	500	1.031
	8.152	1.819
Baixa do ativo intangível	-	(93)
Baixa do ativo imobilizado	-	(182)
Baixa líquida de arrendamento - CPC 06 (R2) / IFRS 16	(194)	-
Outras despesas com tributos	(134)	(68)
	(328)	(343)
	<u>7.824</u>	<u>1.475</u>

(i) Recebimento de sinistro, devido a erosão de taludes das Rodovias SP-063, SP-065, SP-332 e SP-360.

28. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos	389.718	294.805
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(132.504)	(100.234)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	53.191	23.637
Efeito IR e CSLL no resultado	(79.313)	(76.597)
IR e CSLL corrente	(53.007)	(43.219)
IR e CSLL diferido	(26.306)	(33.378)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	<u>(79.313)</u>	<u>(76.597)</u>

29. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir, demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	(146.234)	30.844
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(146.234)	30.844
Adições de ativo imobilizado	(4)	720
Adições de ativo intangível	146.372	(30.237)
Adições de direito de uso	(54.787)	(6.697)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	91.859	(39.214)
Adições de arrendamento operacional	54.645	5.369
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	54.645	5.369

30. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade
		De	Até	
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2024	30/04/2025	31
Execução Fiscal	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	21/05/2029	-
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	21/05/2024	21/05/2029	282.122
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2023	29/12/2025	118.584
Responsabilidade Civil	Swiss Re Corp. Sol. Bra Seguros S.A.	01/07/2024	29/12/2025	4.656
Risco de Engenharia	XI Seguros Brasil S.A.	15/03/2019	15/03/2025	114.564
Risco de Engenharia	Hdi Gerling Seguros Industriais S.A.	15/03/2020	15/03/2025	127.203
Risco de Engenharia	Axa Seguros S.A.	15/03/2021	15/03/2025	59.189
Risco de Engenharia	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	15/03/2023	30/12/2025	256.443
Risco operacional	Chubb Seguros Brasil S.A.	29/06/2024	29/06/2025	360.000
Seguro de Riscos Administrativos - D&O	Axa Seguros S.A.	01/06/2024	01/12/2025	40.000
Seguro de Veículo*	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/09/2024	30/09/2025	
Seguro Garantia Judicial	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/05/2020	08/08/2028	9.502
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	01/10/2021	07/02/2029	17.549

* LMI referente RCF (Responsabilidade Civil Facultativa) indenizável por veículo segurado

* 100% Tabela FIPE

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	310.405	218.208
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro básico por lote de mil ações	557,48	391,90

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

32. Eventos subsequentes

Debêntures

Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R\$ 210.062, sendo R\$ 108.703 de principal e R\$ 101.359 de remunerações.

Juros sobre o capital próprio

Em 21 de janeiro de 2025 foi realizado o pagamento parcial dos juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 4.000, em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em AGE realizada em 20 de dezembro de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22.

Ratings

Em 29 de janeiro de 2025, a agência de classificação de risco Moody's Local afirmou os ratings "AAA.br", com perspectiva estável, da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR") e da 2ª Emissão de Debêntures ("CBAN") da Companhia.